



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

## **Roquette Pinto, empreendedor de mídia educativa<sup>1</sup>**

*Sonia Virgínia Moreira*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

### Resumo

Conhecido no meio da Comunicação por ter implantado a primeira emissora de rádio a operar de modo regular no Brasil, raras vezes o cientista Edgard Roquette Pinto foi abordado como empreendedor no campo da mídia educativa de massa da primeira metade do século XX. Na década de 1930, além das atividades na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1934 fundou com o educador Anísio Teixeira uma rádio escola municipal. Em seguida, participou do estabelecimento do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Também criou pelo menos três publicações: duas sobre o rádio, as revistas *Eletron* e *Rádio*, e uma sobre temas educativos, a *Revista Nacional de Educação*.

### Apresentação

É comum entre os pesquisadores do rádio brasileiro enfrentar a falta de informação sobre o meio durante a fase da pesquisa de campo. A memória dos 50 anos iniciais do rádio no país (1922-1972) dependeu e depende quase sempre de pessoas que direta ou indiretamente participaram de programas, estiveram ligadas a emissoras ou, ainda, acompanharam as transmissões radiofônicas do período. Como um dos primeiros profissionais da radiodifusão, Roquette Pinto não escapou a esta sorte. Levantamento de oito meses em seis acervos do Rio de Janeiro - Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Museu do Índio, Academia Brasileira de Letras, biblioteca da Sociedade dos Amigos da Rádio MEC e Rádio Roquette Pinto - resultou em parco material a respeito das iniciativas de Roquette Pinto como empreendedor na área de mídia educativa nas décadas de 1920 e 1930. A proposta do texto é, ainda assim, traçar este perfil específico com base nos dados coletados nas consultas a arquivos impressos e de áudio, como forma de colaborar para o preenchimento de uma entre as várias lacunas na história do rádio no país. Material do acervo particular e depoimento oral de

1 Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Carmem Lúcia Roquette Pinto, a terceira filha do intelectual, completam as informações aqui reunidas.

O ponto de partida a ser considerado é o contexto em que se desenvolveu a relação de Roquette Pinto com os diferentes meios de comunicação de massa. Médico e professor, desde cedo na sua carreira interessou-se em trabalhar com as possibilidades de divulgação científica a partir de ações educativas. Defendia a difusão do conhecimento para um número crescente de indivíduos em todos os cantos do Brasil, missão difícil no início do século XX. Viveu com intensidade e foi testemunha de alguns feitos que repercutem ainda hoje, um deles como integrante da comitiva que seguiu em 1912 ao encontro da expedição do marechal Cândido Mariano Rondon à Serra do Norte, em Mato Grosso. Naquela ocasião teve contato pela primeira vez com um aparelho de telégrafo. Também conseguiu fazer gravações de áudio *in loco* usando os rudimentares cilindros de cera da época.

Discurso do senador João Calmon em comemoração ao centenário de nascimento do cientista lembra que, ao voltar de Mato Grosso, Roquette trouxe em sua bagagem diversos fonogramas. “Eram cilindros que, predecessores das fitas gravadas de hoje, permitiam o registro de melodias indígenas. Assim, Roquette Pinto impediu que muitas músicas dos índios brasileiros seguissem o caminho de tantas outras que, mantidas apenas pela tradição oral, perderam-se nos tempos. Mais tarde, os fonogramas foram reproduzidos e alguns deles chegaram a ser orquestrados por Villa Lobos. (...) As experiências de Roquette Pinto com os fonogramas constituíam apenas uma amostra da sua aventura no campo do som. E foi uma aventura de notável reflexo na vida do país. Com míseros dez contos de réis obtidos através da Secretaria de Educação conseguiu fundar uma das primeiras emissoras de rádio no país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro”<sup>1</sup>.

A viagem de Roquette ao interior do Brasil resultou também no livro *Rondônia*. A primeira edição, de 1917, rapidamente transformou-se em um clássico entre os títulos publicados no período. O texto foi decorrência do fascínio despertado em

---

<sup>1</sup> João Calmon. *Discurso em homenagem a Roquette Pinto*. Brasília: Senado Federal, 1984, p. 6.

1 Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Roquette ao entrar em contato com as primeiras informações do interior do país, como mostra o seu relato nos trechos selecionados a seguir. “Quando recebi, no Museu Nacional, o primeiro material dos índios da Serra do Norte, fiquei surpreso. Tudo aquilo, atestando cultura elementar, apresentava numerosos detalhes originais. (...) Trabalhei alguns meses, em 1910, junto a Cândido Rondon; a poesia daquelas terras remotas infiltrou-se-me no pensamento. Ouvir o mestre era escutar a voz chamadora do sertão; sentir o rumorejo das florestas distantes. Em 1911, quando ele foi, mais uma vez, para o reino encantado de coisas novas e recortado de ásperas veredas, eu segui para a Europa. (...) Em 1912, realizei, portanto, um sonho de estudioso; não me propus executar nenhuma exploração”.<sup>2</sup>

Roquette Pinto participou ativamente das iniciativas que resultaram na formação de uma rede de mídia educativa no país, em parte como consequência natural da experiência de conhecer o interior brasileiro. Ao instalar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, as referências eram sempre aos brasileiros que habitavam os lugares mais longínquos - e que o rádio podia alcançar. Quase dez anos depois, em 1932, considerava que dificuldades ainda existiam, mas que o desenvolvimento estava alterando as comunicações no Brasil. “Entre as condições que dificultam o progresso no Brasil cita-se a grande extensão territorial. É uma verdade. Caminham lentamente as utilidades e mais lentamente caminham as idéias, tudo por culpa das distâncias sem limites. No entanto, para nós brasileiros, a ciência vai cada vez mais transformando aqueles valores, alterando o efeito prático na extensão territorial como elemento antagonista. (...) A velocidade atual nas comunicações deu o seguinte resultado: praticamente, para as comunicações - de onde depende o surto da ciência, da arte, da indústria - é como se o Pará tivesse mudado para as alturas da Bahia. Encurta-se assim o território no interesse do progresso espiritual e prático”.<sup>3</sup>

Desde a década de 1920, o rádio representava a extensão daquilo que, como educador, Roquette propunha-se a realizar: trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil. A frase, retirada do discurso de inauguração da

---

<sup>2</sup> Edgard Roquette Pinto. *Rondônia (4ª edição)*, capítulo IV - Do Rio de Janeiro a São Luís de Cáceres. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

<sup>3</sup> Edgard Roquette Pinto. *Revista Nacional de Educação*, dezembro de 1932, p. 1.

1 Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Sociedade do Rio de Janeiro, transformou-se no *slogan* da emissora e guiou os passos do professor na concretização do que pode ser considerado o conjunto precursor de mídia educativa no país. Educação e comunicação caminharam juntas nas suas inúmeras atividades durante toda a década de 1930. Segundo Paulo de Berrêdo Carneiro, “a incultura da grande massa do nosso povo foi talvez a preocupação mais amarga de toda a vida de Roquette Pinto. Em inúmeras ocasiões analisou as origens e as repercussões desse flagelo que nos dizima, nos empobrece e nos degrada. No rádio e no cinema teve a esperança de encontrar a solução que buscava para mal tão intenso e tão profundo”.<sup>4</sup>

#### PRD-5, Rádio Escola Municipal

Consolidada a programação da Rádio Sociedade, no dia 6 de janeiro de 1934 Roquette Pinto instalou com Anísio Teixeira a Rádio Escola Municipal<sup>5</sup>. Consta que a primeira fala na rádio foi a do professor Edgard Sussekind. Os estúdios estavam localizados em espaço no centro da cidade, na sala 802 do Edifício Carioca. “Toda a montagem da emissora não custou, na época, mais de 60 contos de réis. Embora tendo início tão modesto, a PRD-5 dedicou-se desde logo à execução da obra traçada por seu fundador, pioneiro na radiofonia brasileira e entusiasta do papel do rádio em favor da divulgação cultural”.<sup>6</sup> Criada por decreto em setembro de 1933, a emissora começou a transmitir em caráter experimental no último dia do ano. Resultava da transformação em lei de projeto apresentado por Roquette Pinto, incluído na Reforma Fernando de Azevedo de 1928. “Levara essa rádio escola cinco anos para fazer a sua primeira experiência e seis anos para ser inaugurada, sob a direção de Roquette. Essa, digamos, rádio-piloto, serviu para muitas pesquisas, no sentido de se chegar ao modelo mais adequado às nossas condições. Demorou, é fato, mas funcionou com muito sucesso. O

---

<sup>4</sup> Paulo E. de Berrêdo Carneiro. *Discurso sobre Roquette Pinto na Academia de Ciências*. Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, s/data, p.19.

<sup>5</sup> Nas fontes consultadas, o prefixo de referência é sempre PRD-5, mas os nomes variam de acordo com o autor: Difusora Municipal, Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro ou Rádio Escola Municipal do Distrito Federal. A opção foi tratar a emissora pela identificação que melhor correspondia à sua programação.

<sup>6</sup> Texto institucional, sem autor ou data, disponível no acervo da Rádio Roquette Pinto.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



sonho de Roquette, de colocar um aparelho de rádio em cada escola, estava se concretizando”.<sup>7</sup>

Beatriz Roquette Pinto Bojunga, filha mais velha do cientista, acompanhou o pai nos primeiros anos de execução do projeto da Rádio Escola Municipal e lembra que Anísio Teixeira referia-se à emissora como “um milagre” de Roquette Pinto. Ela própria, junto com Ilka Labarte, Israel Pinheiro e A. Diniz formavam o grupo de quatro professores que seguiam “o currículo escolar da Escola Primária”.<sup>8</sup> Segundo o pesquisador Baia Hora, preocupada em manter o contato com os alunos, a estação distribuía folhetos e esquemas das lições que eram enviados pelo correio, antes das aulas radiofônicas, aos alunos inscritos. “Os alunos, por sua vez, enviavam à emissora trabalhos relacionados com os assuntos das aulas e mantinham contato por carta, telefone e até mesmo visitas”.<sup>9</sup> Delineou-se ali uma metodologia de educação a distância por meio do rádio. Álvaro Lins, que sucedeu Roquette Pinto na cadeira número 17 da Academia Brasileira de Letras, resgatou em seu discurso de posse ‘a expressão feliz’ de Aloysio de Castro, ao dizer que Roquette aparecia a um só tempo como professor de alta ciência e como educador popular.<sup>10</sup>

### Instituto Nacional do Cinema Educativo

Funcionar como uma ponte entre o cinema e a educação popular no Brasil era um dos objetivos de criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo. A instalação do INCE em meados da década de 1930 foi precedida de algumas ações. Da parte do Executivo, o primeiro movimento aconteceu em 1932, quando o Governo Provisório instituiu decreto assinado por Getúlio Vargas, Francisco Campos e Oswaldo Aranha. O

---

<sup>7</sup> Ana Maria de Souza Barbosa. O pássaro dos rios nos afluentes do saber - Roquette Pinto e a construção da universalidade. PUC São Paulo: Tese de Doutorado, vol. II, p. 461.

<sup>8</sup> Beatriz Roquette Pinto Bojunga. Entrevista para *O amigo ouvinte*, Ano VII, nº 25, jun. de 1999, p. 9

<sup>9</sup> José Silvério Baia Horta. Histórico do rádio educativo no Brasil. *Cadernos da PUC* nº 10, 1972.

<sup>10</sup> Álvaro Lins. *Estudo sobre Roquette Pinto*. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras em 7 de julho de 1956, p. 121.

1 Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



texto legal determinava as regras e as condições de existência para o cinema educativo no país ao tratar da nacionalização do serviço de censura dos filmes cinematográficos e criar uma Taxa Cinematográfica para a Educação Popular.<sup>11</sup> Vale a pena reproduzir alguns trechos do decreto que ajudam a contextualizar aquele período e, de certa forma, influem na regulamentação do que mais tarde seria o INCE:

“Considerando o cinema ser um meio de diversão, de que o público já não prescinde, oferece largas possibilidades de atuação em benefício da cultura popular, desde que convenientemente regulamentado;

Considerando que os favores fiscais solicitados pelos interessados na indústria e no comércio cinematográficos, uma vez concedidos mediante compensações de ordem educativa virão implementar, de fato, a feição cultural que o cinema deve ter;

Considerando que a redução dos direitos de importação dos filmes impressos virá permitir a reabertura de grande número de casas de exibição, com o que lograrão trabalho numerosos desempregados;

Considerando, também, que a importação do filme virgem, negativo e positivo, deve ser facilitada, porque é matéria prima indispensável ao surto da indústria cinematográfica no país;

Considerando que o filme documentário, seja de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial representa, na atualidade, um instrumento de inigualável vantagem para instrução do público e propaganda do país, dentro e fora das fronteiras;

Considerando que os filmes educativos são material de ensino, visto permitirem assistência cultural, com vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e, mesmo, sobre analfabetos;

Considerando que, a exemplo dos demais países, e no interesse da educação popular, a censura dos filmes cinematográficos deve ter cunho acentuadamente cultural; e, no sentido da própria unidade da nação, com vantagens para o público, importadores e exibidores, deve funcionar como um serviço único, centralizado na capital do país;

Decreta:

---

<sup>11</sup> Decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932. Decretos Presidenciais, Biblioteca Nacional.  
1 Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Art. 1 - Fica nacionalizado o serviço de censura dos filmes cinematográficos nos termos do presente decreto.

Art. 2 - Nenhum filme pode ser exibido ao público sem um certificado do Ministério da Educação e Saúde Pública, contendo a necessária autorização.

Art. 3 - Esse certificado será fornecido ou negado, após projeção integral do filme, perante a comissão de censura, de que trata o Art. 6º, e pagamento da importância devida pela 'Taxa Cinematográfica para a Educação Popular'. (...)

Art. 6 - A comissão de censura será assim composta: a) de um representante do chefe de polícia; b) de um representante do Juízo de Menores; c) do diretor do Museu Nacional; d) de um professor designado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública; e) de uma educadora, indicada pela Associação Brasileira de Educação. (...)

Art. 7 - parágrafo 3º - Serão considerados educativos, a juízo da comissão, não só os filmes que tenham por objetivo intencional divulgar conhecimentos científicos, como aqueles cujo entrecho musical ou figurado se desenvolver em torno de motivos artísticos, tendentes a revelar ao público os grandes aspectos da natureza ou da cultura; (...)

Art. 13 - Anualmente, tendo em vista a capacidade do mercado cinematográfico brasileiro, e a quantidade e a qualidade dos filmes de produção nacional, o Ministério da Educação e Saúde Pública fixará a proporção da metragem de filmes nacionais a serem obrigatoriamente incluídos na programação de cada mês. (...)

Art. 15 - Dentro do prazo de 180 dias, a contar da data da publicação deste decreto, realizar-se-á, na capital da República, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde Pública, e segundo as instruções que este baixar, o Convênio Cinematográfico Educativo.

Parágrafo 1º - Serão fins principais do Convênio:

I) a instituição permanente de um cine-jornal, com versões tanto sonoras como silenciosas, filmado em todo o Brasil e com motivos brasileiros, e de reportagens em número suficiente para inclusão quinzenal, de cada número, na programação dos exibidores;



- II) a instituição permanente de espetáculos infantis, de finalidade educativa, quinzenais, nos cinemas públicos, em horas diversas das sessões populares;
- III) incentivos e facilidades econômicas às empresas nacionais produtoras de filmes, e os distribuidores e exibidores de filmes em geral;
- IV) apoio ao cinema escolar.

Parágrafo 2º - Como favores do Governo Federal poderão figurar, no contexto do Convênio, a redução ou isenção de impostos e taxas, a redução de despesas de transporte e quaisquer outras vantagens que estiverem na sua alçada. (...)

Art. 18 - Fica criada a “Taxa Cinematográfica para a Educação Popular”, a ser cobrada por metragem, à razão de \$300 por metro, de todos os filmes apresentados à censura, qualquer que seja o seu número de cópias.

Art. 19 - A Taxa acima referida será recolhida à tesouraria do Departamento Nacional do Ensino, que dela manterá escrituração especial. (...)

O Convênio Cinematográfico Educativo foi efetivamente instalado em janeiro de 1933, com discurso inaugural de Roquette Pinto. Na sua fala, o então diretor do Museu Nacional afirmava que “o Brasil não tem sabido tirar partido das possibilidades educativas do rádio, do cinema e do fonógrafo” e que, com o decreto de Vargas, o serviço de censura dos filmes deixava de ser “meramente policial para tornar-se francamente cultural”. Aproveitava também para unir o cinema à sua proposta para o rádio, ao enfatizar que existia na época no Brasil, “entre 11 e 18 anos, na idade em que a personalidade se define, em que os indivíduos iniciam a profissão que em geral conservam pela vida afora, mais de 7 milhões de jovens, cuja cultura só mesmo no cinema e no rádio encontra algum amparo. Não me esqueço da imprensa. (...) Mas o rádio e o cinema vão aonde não vai o jornal: vão aos que não sabem ler”.<sup>12</sup> Três anos depois, em 1936, junto com o cineasta Humberto Mauro, Roquette Pinto criava o Instituto Nacional de Cinema Educativo.

Na experiência com o cinema, o professor buscava reforçar a distinção entre educação e instrução: “educação é principalmente ginástica do sentimento, aquisição

---

<sup>12</sup> Edgard Roquette Pinto. Discurso inaugural do Convênio Cinematográfico Educativo. *Revista Nacional de Educação*, fevereiro de 1933, p. 4.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.





de hábitos e costumes de moralidade, de higiene, de sociabilidade, de trabalho e até mesmo de vadiagem... Tem de resultar do atrito diário da personalidade com a família e com o povo. A instrução dirige-se principalmente à inteligência. O indivíduo pode instruir-se sozinho; mas não se pode educar senão em sociedade”.<sup>13</sup> Álvaro Lins relatava nos anos 1950 o que sentiu ao assistir, na sala de projeção do INCE, algumas falas de Roquette registradas em solenidades oficiais e em trechos de filmes produzidos no período inicial do Instituto, “vendo reaparecer na tela os traços procurados de Roquette Pinto: a figura em movimento, o cientista no laboratório, o artista a declamar versos. Tive de começo, com efeito, uma impressão de ressurgimento ao vê-lo ali, de novo, a pronunciar a oração oficial no lançamento da pedra fundamental do edifício do Ministério da Educação. (...) De repente, muda-se a projeção, e uma voz ao mesmo tempo forte e comovida - a voz de Roquette - enche a sala a recitar, como força animadora das paisagens e figuras em dois filmes, as *Palavras ao Mar*, de Vicente de Carvalho, e a parte final de *O Caçador de Esmeraldas*”.<sup>14</sup>

É interessante notar que o cinema educativo firmou-se na trajetória de Roquette Pinto no mesmo ano (1936) em que ele doou a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação. Apesar da estreita associação com o sistema governamental do período, Roquette perseguia o objetivo de sempre: fazer chegar a educação aos jovens brasileiros utilizando para isso meios que superassem a dificuldade crônica da época: o analfabetismo. Primeiro com o rádio e em seguida com o cinema, o cientista tentava atrair a atenção da audiência para temas que poderiam servir como introdutórios, guias mesmo, a um novo mundo - o do conhecimento. Para isso, contava com a administração educativa de dois meios de comunicação de massa.

### Revista Nacional de Educação

---

<sup>13</sup> In: Álvaro Lins, *Estudo sobre Roquette Pinto*, p. 144-145.

<sup>14</sup> Citado, p. 145

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



As experiências de Roquette Pinto com o rádio geraram duas aventuras no campo da mídia impressa, na forma de revistas, ambas publicadas na década de 1920. Praticamente simultâneas, uma delas foi a *Eletron*, dedicada à programação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A outra foi a *Rádio*, identificada como uma “revista de divulgação científica geral e especialmente consagrada à rádio-cultura, de publicação bimensal”. Era uma espécie de “órgão oficial” de três emissoras voltadas para a programação exclusivamente educativa - além da Sociedade, as rádios Club de Pernambuco e Sociedade da Bahia. Na *Rádio* foram publicados inúmeros textos sobre a função educativa do rádio, como “A rádio-cultura, escola do porvir” e “O Brasil e a rádio-cultura”, alguns reproduzidos em outras publicações da época.<sup>15</sup>

O envolvimento de Roquette o cinema educativo levou-o a participar da fundação da *Revista Nacional de Educação*, instituída em cumprimento ao mesmo decreto presidencial nº 21.240. Com periodicidade mensal (saía a cada dia 15) e tiragem de 12.500 exemplares começou a ser publicada em outubro de 1932, distribuída pela diretoria de informações, estatística e divulgação do Ministério da Educação. Sobre a revista dizia Roquette: “devo confessar pela parte que me toca, que a publicação de uma revista essencialmente popular, destinada a levar a todos os lares um pouco de ciência e de arte, é um sonho velho de mais de 20 anos, que tenho a ventura de ver plasmado quando atinjo ao fim da carreira de professor, apaixonado pela profissão, beirando meus 30 anos de pesquisa científica e de labor educativo”.<sup>16</sup>

Preocupado com a possibilidade de estar colaborando para uma publicação de conteúdo demasiadamente oficial - “a Revista Nacional de Educação vai sendo, realmente, esse instrumento de cultura que imagino, ou é apenas uma espécie de ‘relatório’, a que a massa do povo tem horror?” - Roquette pesquisou os arquivos do departamento de estatística do Ministério e ali descobriu depoimentos espontâneos dos leitores da revista - professores, pais de alunos, padres, autoridades - que confirmavam para ele a importância de mais um canal de comunicação dedicado à educação.

---

<sup>15</sup> Ana Maria de Souza Barbosa, citado, p. 386.

<sup>16</sup> Edgard Roquette Pinto. *Revista Nacional de Educação*, fevereiro de 1933, p. 5

1 Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



### Conclusão

De todas as iniciativas de Roquette Pinto com a mídia educativa, o único meio existente ainda hoje é a emissora que leva o seu nome, mas que em nada lembra o espírito empreendedor do professor e educador. A Rádio Roquette Pinto AM do Rio de Janeiro, na frequência 630Mhz, substituiu a Rádio Escola Municipal no *dial*, sob a administração do governo do Estado. No final de maio de 2002, a previsão era de que a emissora estaria voltando ar depois de sete anos sem qualquer tipo de transmissão, sob a ameaça de ter a concessão cassada pelo Ministério das Comunicações – resultado do abandono ao qual foi relegada durante três gestões estaduais consecutivas. O reinício das transmissões estava sendo articulado por um “mutirão” envolvendo o governo do Estado, os sindicatos dos Radialistas e dos Artistas e uma rádio comercial, que cedeu a torre para a antena e o terreno para o transmissor. Segundo o presidente Jorge Coutinho, a nova programação da AM é “atingir um público diferenciado da FM, que tem uma linguagem mais jovem”.<sup>17</sup> Muito distante de tudo aquilo que Roquette sonhou para a emissora ao inaugurá-la junto com Anísio Teixeira.

---

<sup>17</sup> Ricardo Faria. Roquette Pinto volta a operar. *Jornal do Brasil*, 1º de junho de 2002, p. 14.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP06 – Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.